Notas sobre os diplomas (PL 51/2018 e DL 38/2018) colocados em debate público pelo MCTES

Das reuniões havidas entre os Coordenadores de Centros de Investigação em Ciências e Políticas de Educação para discussão dos documentos aprovados pelo Conselho de Ministros a 15 de fevereiro e disponibilizados para discussão pública (<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/consulta-publica?i=237>), resultaram as seguintes questões, que consideramos importantes para serem tomadas em consideração:

1. Numa análise de políticas, importa tanto o que se afirma como o que se omite. E esses documentos omitem aspetos mais importante da Universidade e do Politécnico: a questão da *governance* dessas instituições, o défice de participação e o subfinanciamento do ensino superior.
2. Parece-nos também muito redutora a escolha da OCDE como instância de legitimação das políticas apresentadas. Porque não considerar a UNESCO, que tem muito trabalho sobre Educação Superior?
3. No que tem a ver com os Programas de Doutoramento e com a proposta da redução/eliminação da sua componente curricular, questionamos: existe algum estudo (por exemplo da EUA, *European Univeristy Association*) que fundamente tal posição, que parece ir ao revés de toda a larga investigação feita atualmente na área da formação doutoral? De uma forma geral, os programas doutorais são a forma de integrar os estudantes na cultura de investigação, que hoje se realiza em comunidades de investigação. A componente curricular tem vindo a demonstrar ter aqui um papel crucial. E existência da componente curricular deve ser ajustada às especificidades das áreas e dos programas doutorais.
4. Quanto à questão da relação entre os doutoramentos e a avaliação das UID, também colocamos várias interrogações: o MCTES tem algum estudo sobre as consequências da ligação entre a acreditação do Doutoramento e a avaliação da UID com Muito Bom ou Excelente? E que consequências podem advir para os casos em que tal relação não exista? Essas instituições deixarão de incluir doutoramentos na sua oferta formativa? Como se avança com tal proposta a meio de um processo de avaliação com resultados desconhecidos?
5. Há preocupação de alguns dos centros pelo que está proposto relativamente ao alargamento às IES privadas da possibilidade de reconhecimento de graus.
6. Integração dos doutorandos em projetos institucionais de I&D: concorda-se genericamente com esta proposta, que permite enquadrar as investigações de doutoramento em equipas e projetos, reforçando a sua qualidade científica e as condições de execução, mas ela está dependente dos resultados dos concursos de projetos e das agendas de investigação das agências de financiamento, pelo que não pode, nem deve, ser generalizada a todas as situações.

7. Acresce que a busca de financiamento para a Ciência nas áreas do financiamento europeu associado à Inovação fomentam e aceleram um discurso dominante e hegemónico. Por exemplo, no âmbito dos Programas Operacionais, há uma região onde não se pode apresentar projetos de I&D que não prevejam como produto uma patente.
8. Na construção de políticas de Educação e Ciência que juntem Conhecimento e Verdade (os valores tradicionais da universidade moderna), a Justiça Social tem um longo caminho ainda a percorrer. E essa é também a função dos intelectuais e cientistas que partilham esses valores. E não será seguramente numa leitura acrítica e tecnocrática das agendas da OCDE que surgirão políticas que privilegiem a Justiça Social e o Princípio da Continuidade Territorial, num exercício fundamental à coesão nacional.

Documento aprovado pela maioria dos Centros de Investigação de Ciências e Políticas de Educação

30 de março de 2018

O Secretariado do Conselho de Centros de Investigação de Ciências e Políticas de Educação

António Teodoro

Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), U. Lusófona

Graça Carvalho

Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC-UM), U. Minho

Helena Araújo e Sá

Centro de Investigação Didática e Tecnologia em Formação de Formadores (CITFP), U. Aveiro

Marília Cid

Centro de Investigação em Educação e Psicologia (CIEP), U. Évora